

B) 1.
GAP
DURB
DITA
DAFRH
DIGEF
SECONT
TES
GAI



CÂMARA MUNICIPAL

4

REUNIÃO Nº 07/2018
Realizada em 04/04/18

PROPOSTA

Nº 11 /2018/DURB/DITA
DELIBERAÇÃO Nº 96/18

Assunto: Processo N.º216/07 Titular do Processo: ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE
Requerimento N.º:4082/16
Requerente: ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE
Local: RUA DO MORMUGÃO, N.º 42 - D
Freguesia: UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL (SÃO JULIÃO, NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA E SANTA MARIA DA GRAÇA)

O Técnico: MARISA SOFIA PINTO CALADO

Data:20/3/2018

PROPOSTA DE: ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS INERENTES A ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA FRAÇÃO DESTINADA A CRECHE.

Através do requerimento n.º 4082 de 01/08/2016, vem a Associação Cristã da Mocidade de Setúbal, solicitar a *"isenção do pagamento de todas as taxas inerentes a alteração e ampliação de uma fração, em virtude de ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social"*.

Relativamente ao solicitado pela requerente, estabelece o n.º 3 do art.º 7.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal (adiante designado por RTORMS), que *"em casos excepcionais devidamente justificados, poderão ainda ser isentos do pagamento de taxas, tarifas ou preços, total ou parcial, as pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as cooperativas, as associações religiosas, culturais, desportivas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, e quando as pretensões sujeitas a tributação visem a prossecução dos respetivos fins e não sejam geradoras de qualquer receita ou compensação económica, material, financeira ou outra para o requerente, que serão aferidos em presença dos respetivos estatutos e do respetivo pedido."*

Dispõe o n.º 4 do mesmo artigo que, *"poderão ainda ser isentas do pagamento das taxas as entidades acima mencionadas, nas situações em que a Câmara Municipal reconheça o interesse municipal na execução das atividades que justificam a obrigação do pagamento das taxas respetivas ou que participem em cooperação, parceria ou sejam promotores com a Autarquia na execução dos referidos projetos de apoio social, cultural, desportivo ou outro de natureza semelhante."*


Sobre o presente pedido de isenção do pagamento de taxas recaiu despacho de concordância da Sr.ª Presidente em 06/05/2017, com fundamento no parecer do Departamento Financeiro (DAFRH/DIGEF), emitido em 29/04/2017, autorizando a redução em 50% do valor da taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas (TRIUI), apurada no valor de 2.934,22€ (dois mil novecentos e trinta e quatro euros e vinte e dois cêntimos).

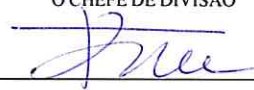
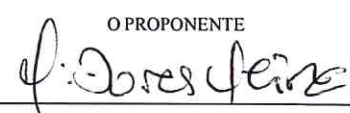
Assim, face ao exposto, propõe-se que:

A Câmara Municipal de Setúbal delibere, à semelhança de situações análogas, e bem assim, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revista e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do n.º 10 do art.º 7.º do RTORMS em vigor, a favor da requerente a redução da TRIU aplicável à pretensão em 50% a que corresponde o valor de 1.467,11€ (mil quatrocentos e sessenta e sete euros e onze cêntimos).

Esta isenção não abrange as taxas administrativas no montante de 507,80€ (quinhentos e sete euros e oitenta cêntimos), impostos e encargos de mais-valias no montante de 51,84€ (cinquenta e um euros e oitenta quatro cêntimos), aplicáveis à pretensão.


Mais se propõe a aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o n.º 3 do art.º 57º do Decreto-Lei n.º 75/2013.

O TÉCNICO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO


O CHEFE DE DIVISÃO

O PROPONENTE


APROVADA / REJEITADA por : Votos Contra; Abstenções; 11 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

Mod.CMS.06

O PRESIDENTE DA CÂMARA
